

TCE-RJ – DIGITAL
PROCESSO Nº 206.503-1/19
RUBRICA FLS.:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA CONSELHEIRA MARIANNA MONTEBELLO WILLEMANN

PROCESSO: TCE-RJ Nº 206.503-1/19
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL
EXERCÍCIO: 2018
INTERESSADO: JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA

DECISÃO MONOCRÁTICA

Artigo 131-A do Regimento Interno

Cuidam os autos da prestação de contas de governo do chefe do Poder Executivo do Município de Cantagalo, referente ao exercício de 2018, sob a gestão do Senhor Joaquim Augusto Carvalho de Paula – Prefeito.

Após a análise do processo, o corpo instrutivo e o Ministério Público junto a este Tribunal, representado pelo Procurador-Geral Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, sugerem a emissão de parecer prévio favorável à aprovação, pela Câmara Municipal, das contas do chefe do Poder Executivo Municipal (informação e parecer ministerial datados de 05/07/2019 e 30/07/2019, respectivamente).

É O BREVE RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR.

Nos termos do art. 45 do Regimento Interno do TCE-RJ, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo art. 1º da Deliberação TCE-RJ nº 294/2018, concluída a análise pela Secretaria Geral de Controle Externo e pelo Ministério Público Especial, o processo será encaminhado ao Relator para que, **em decisão monocrática, comunique o(s) responsável (eis) ou procurador legalmente constituído, abrindo-lhe(s) a possibilidade de obter vista**

TCE-RJ - DIGITAL
PROCESSO Nº 206.503-1/19
RUBRICA FLS.:

dos autos e, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados a partir da ciência da decisão, se assim entender necessário, apresentar manifestação escrita.

Diante disso, visando a dar cumprimento às referidas normas regimentais,

I - COMUNIQUE-SE o responsável pelas contas em exame, Senhor Joaquim Augusto Carvalho de Paula, nos termos do § 1º do art. 45 do Regimento Interno deste Tribunal, com a redação que lhe foi dada pela Deliberação TCE-RJ nº 294/18, cientificando-lhe de que está aberto o **prazo improrrogável de 10 (dez) dias**, contados a partir da ciência da decisão, para vista dos autos e, se assim entender necessário, para apresentar manifestação escrita sobre as contas de governo sob sua responsabilidade; e

II - DETERMINO que a SSE dê ciência ao responsável, preferencialmente por meio eletrônico, observando-se, após o transcurso do prazo, as disposições contidas nos parágrafos 4º a 6º do artigo 45 do Regimento Interno, com a redação conferida pela Deliberação TCE-RJ nº 294/2018.

GC-6,

MARIANNA M. WILLEMANN
RELATORA

Documento assinado digitalmente